

HABEAS CORPUS Nº 512.551 - SP (2019/0152711-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VIVIAN MARIA LOPES - SP0199591
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DA SILVA IANNOVALE VICENTE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão por meio da qual indeferi o pleito liminar em razão da impossibilidade da análise da impetração por ausência de juntada do decreto prisional (e-STJ fls. 33/35):

Trata-se de habeas corpus com pedido liminar impetrado em benefício de RAFAEL DA SILVA IANNOVALE VICENTE no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2078615-09.2019.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, porquanto trazia consigo 6,3g (seis gramas e três decigramas) de maconha; 4,2g (quatro gramas e dois decigramas) de crack; e 8,8g (oito gramas e oito decigramas) de cocaína, além da quantia de R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais) – e-STJ fls. 8/10.

A Defensoria Pública impetrou habeas corpus na origem buscando a concessão de liberdade provisória com fixação de medida cautelar diversa do cárcere.

A 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal a quo denegou a ordem (e-STJ fls. 25/29).

No presente habeas corpus, a impetrante afirma que o paciente é primário e de bons antecedentes, não havendo motivos para a manutenção da prisão cautelar. Assere, ainda, ser "desnecessário dizer que a gravidade em abstrato do delito não pode servir de fundamento para a prisão, tendo em vista a total ausência de previsão legal nesse sentido" (e-STJ fl. 2). Aduz que "nada há, de concreto e objetivo, que indique que, em liberdade, a paciente frustrará a aplicação da lei penal, tumultuará a instrução criminal ou colocará em risco a ordem pública" (e-STJ fl. 5).

Diante dessas considerações, busca a defesa, liminarmente e no mérito, a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade

que se revele de pronto.

Noto que a Defensoria Pública não juntou aos autos a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. Tal deficiência impossibilita a análise da alegada inexistência de fundamentos idôneos do decreto prisional.

Desse modo, a deficiência na instrução dos autos impossibilita, em juízo de cognição sumária, o exame do alegado constrangimento ilegal decorrente do ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção, a serem incorporados aos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, em especial a cópia do decreto prisional, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. (Grifei.)

Na presente petição, a Defensoria Pública anexa cópia do decreto prisional e requer a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar.

É, em síntese, o relatório.

Extraio da decisão que determinou a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva que, além da quantidade e diversidade de drogas – 6,3g (seis gramas e três decigramas) de maconha; 4,2g (quatro gramas e dois decigramas) de crack; e 8,8g (oito gramas e oito decigramas) de cocaína –, o Magistrado apontou o *periculum libertatis* e a ineficácia da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fls. 48/49):

Não há, ainda, indicação precisa de endereço fixo que ligue o/a(s) autuado/a(s) ao distrito da culpa, denotando que a cautela é necessária para a conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal, nem de atividade laboral remunerada, de modo que as atividades ilícitas porventura sejam fonte ao menos alternativa de renda (modelo de vida), pelo que se for(em) o/a(s) agentc(s)

recolocado/a(s) em liberdade neste momento (de maneira precoce), é presumível que rapidamente retornará(ão) às vias delitivas, meio de sustento, sendo certo que o autuado declarou endereço diverso daquele constante em sede policial. Por fim, tratando-se de acusação que demanda reconhecimento pessoal em audiência, mais uma vez impõe-se a custódia para a garantia da instrução.

[...]

Deixo de converter o flagrante em prisão domiciliar porque ausentes os requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal. Deixo, ainda, de aplicar qualquer das medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. Isso porque nenhuma delas é efetivamente segregadora. As medidas referidas não têm o efeito de afastar o acusado do convívio social, razão pela qual seriam, na hipótese, absolutamente ineficazes para a garantia da ordem pública.

Desse modo, considerando que o pedido liminar confunde-se com o mérito da impetração e demanda análise aprofundada do processo, parece-me prudente indeferir a medida urgente, postergando a análise dos argumentos apresentados no presente *habeas corpus* para a ocasião do julgamento definitivo, após parecer ministerial.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator